



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
DIÁRIO
DA ASSEMBLEIA REGIONAL

Presidente: Deputado Reis Leite

Secretários: Deputados Manuel Goulart e José Carlos Simas
(em substituição do Sr. Deputado Jorge Cabral)

SUMÁRIO

Os trabalhos iniciaram-se às 10,00 horas.

No **Período de Antes da Ordem do Dia** foram lidos os requerimentos apresentados pelos Srs. Deputados.

Para tratamento de assuntos de interesse político relevante para a Região usaram da palavra, a diversos títulos, os Srs. Deputados Simas Santos (PS), Mário Freitas (PSD), Manuel Serpa (PS), Jorge Cruz (PSD), Renato Moura (PSD), Hélio Pombo (PS), José Manuel Bettencourt (PS) e Nogueira de Castro (PSD).

No **Período da Ordem do Dia** foram apreciadas e votadas as seguintes iniciativas legislativas, para as quais o PSD apresentou propostas alternativas:

- **Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre a "Aplicação do Decreto-Lei nº 15-B/88, de 18 de Janeiro - Sistema de Incentivos ao Potencial Endógeno".**

Intervieram nos debates os Srs. Deputados Jorge Cruz (PSD), Dionísio Sousa (PS), José Decq Mota (PCP) e José Ramos Dias (CDS).

Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, tanto na generalidade como na especialidade.

- **Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre o "Sistema de Incentivos de Base Regional (SIBR) - Indústria Extractiva Transformadora".**

A proposta foi aprovada por maioria, tanto na generalidade como na especialidade.

- **Proposta do Decreto Legislativo Regional sobre a "Aplicação à Região do Decreto-Lei nº 420/87 - Sistema de Incentivos Financeiros ao Investimento no Turismo (SIFIT)".**

Intervieram nos debates os Srs. Deputados Jorge Cruz (PS) e José Decq Mota (PCP).

Posta à votação foi a mesma aprovada por maioria, tanto na generalidade como na especialidade.

Finalmente, foi também aprovada por maioria uma **Proposta de Resolução da Mesa da Assembleia Regional dos Açores declarando findo o período legislativo de Maio.**

Produziu uma declaração de voto o Sr. Deputado José Decq Mota (PCP).

Os trabalhos terminaram às 11,45 horas.

Presidente: Srs. Deputados, peço a vossa atenção para a chamada.

(Eram 10,00 horas)

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados: **PSD** - Adelaide Teles, António Silveira, Carlos Teixeira, David Santos, Fernando Faria, Flor de Lima, Gabriela Silva, João de Brito, Jorge Cruz, José Carlos Simas, Cinelândia Sousa, Mário Castro, Mário Freitas, Melo Alves, Reis Leite, Renato Moura; **PS** - Carlos Mendonça, João Sousa Braga, Dionísio Sousa, Francisco Sousa, Hélio Pombo, Simas Santos, João Carlos Macedo, José Manuel Bettencourt, Paulo Teixeira, Manuel Goulart, Manuel Serpa, Raimundo Mesquita; **CDS** - José Ramos Dias; **PCP** - José Decq Mota).

Presidente: Estão presentes 30 dos Srs. Deputados. Está aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Os Srs. Secretários vão fazer o favor de ler a correspondência.

Secretário (Manuel Goulart): Um requerimento do Sr. Deputado Regional do PSD, António Silveira, do seguinte teor:

"Considerando que a resposta a requerimento nosso de 27-1-88, e sobre o Bairro Social da Ribeira Seca em S. Jorge, ainda não é completa faltando a resposta em elaboração por parte da Secretaria Regional do Equipamento Social;

Considerando que para uma resposta clara e objectiva, aos moradores daquele Bairro, é necessário conhecer mais alguns dados, ainda não esclarecidos;

Solicito ao Governo Regional e ao abrigo das normas regimentais aplicáveis a seguinte informação:

- Relatório da Comissão Eventual, constituída por despacho de 1 de Outubro de 1981, de Sua Excelência o Presidente do Governo, e no que toca aos agregados familiares sinistrados que habitam as Fajãs de S. Jorge.

Horta, Sala das Sessões, 19 de Maio de 1988.

O Deputado Regional: António Silveira."

Secretário (José Carlos Simas): Um requerimento dos Srs. Deputados do PSD, Martins de Freitas e Nogueira de Castro, do seguinte teor:

"Considerando que o caminho de penetração para acesso às pastagens do Mato da Freguesia de S. Mateus, Ilha do Pico, foi rasgado há cerca de 12 anos e continua por concluir;

- Considerando que a situação prejudica fortemente os criadores de gado da zona;

Requere-se, ao abrigo das disposições regimentais, informação sobre:

1. Quais os trabalhos programados para execução naquele caminho em 1988?

2. Para quando se prevê o início dos trabalhos referidos?

Horta, 19-05-88.

Os Deputados Regionais: Martins de Freitas e Nogueira de Castro.

Secretário (Manuel Goulart): Estão aprovados os Diários da Assembleia Regional dos Açores nºs. 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98 e 99.

Presidente: Srs. Deputados, passamos então a outro ponto do Período de Antes da Ordem do Dia.

Para **tratamento de assuntos de interesse político relevante para a Região** tem a palavra o Sr. Deputado Simas Santos.

Deputado Simas Santos (PS): Srs. Presidente, Srs. Deputados, srs. Membros do Governo:

É, por vezes, bem difícil encontrar o início do fio de uma meada enredada: Quanto mais se puxa e se procura, mais se enreda. Nó atrás de nó vão-se estreitando, cada vez mais, os meandros de uma teia que nos desespera e nos convida a assumir o desalento ou a raiva. Ou, o que é mais frequente, uma mistura de desalento e raiva.

Se o desalento nos vencer ficaremos irremediavelmente enredados e perdidos na trama que nós próprios ajudámos a fazer. Se a raiva nos consumir ficará aberto caminho para a ruptura e a destruição.

Ou então, o que é mais bem difícil e raro, teremos que percorrer o longo caminho da paciência, serenidade e destreza para desenredar a truculenta meada que mãos impacientes e pouco hábeis teceram e o nosso desalento não soube evitar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como alguém escrevia há bem pouco tempo, é bem verdade que a indiferença e o desalento são as grandes pragas do Pico. A alegórica imagem do gigante adormecido é, cada vez mais, verdade. O desalento e a complacência apossaram-se do coração e da alma dos picoenses que se deixaram arrastar para um fatalismo e uma modorra que os inibe e lhes limita os próprios sonhos.

Os grandes males da Ilha do Pico já não são, de facto, as graves carências que continua a ter a nível de infraestruturas essenciais (água, luz, aeroporto, portos, etc.) mas sim a inexorável e viscosa apatia que se estende como uma nódoa de azeite em alva toalha de algodão.

Os picoenses são, cada dia que passa, menos e mais velhos. O culto da resignação cresce a olhos vistos. A mudança e a transformação são moções que vão acumulando pó nas carcomidas prateleiras do nosso quotidiano, baço e morno.

A liturgia da alvorada e a mudança dá lugar à liturgia da velhice e da morte.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O que hoje me traz a esta tribuna é bastante mais do que a simples denúncia dos atropelos,

discriminações e injustiças de que o Pico tem sido vítima: é a grande preocupação que sinto ao ver o Pico esvair-se de gente jovem - único garante do seu progresso.

A prolixa encruzilhada em que a Ilha se encontra é muito mais que uma longa enumeração, diria mesmo, uma longa e "corporativa" listagem de carências infraestruturais.

O Pico e os picoenses vivem uma profunda crise de identidade. O picoense não é pobre nem é rico: é remediado. O picoense sabe que vive numa ilha potencialmente rica e com possibilidades de desenvolvimento mas não acredita no futuro. A razão "enpurra-o" para sair, embora o coração lhe peça para ficar.

Os picoenses têm um passado suficientemente rico para lhes permitir saber sobre "o que é ser do Pico", mas sentem, por outro lado, que o seu futuro é "ser do Pico" noutra sítio qualquer aonde possam desenvolver, ampla e cabalmente, a sua vida.

Os jovens, os verdadeiros gérmenes da mudança, sentem que o seu horizonte se localiza bem mais para lá das alturas da montanha ou da claridade dos canais. Creem que os S. Miguéis, as Américas e os Canadá são a sua única "chance" de vencerem a barreira de um quotidiano cinzento e pouco estimulante.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O desafio do Pico é, hoje, um grande desafio colectivo; é pura estultícia procurar panaceias universais ou responsáveis únicos.

As contas estão feitas. Doze (12) anos de autonomia não foram o remédio almejado. Não valerá, portanto, a pena continuar a tentar exorcizar um qualquer remanescente "demónio". O encontro do Pico consigo próprio não conseguiu realizar o milagre. A grande ilha de outrora continua a ser hoje uma grande ilha mas desertificada.

Vive-se com mais abundância - é certo - mas vive-se com menos fé e alegria. As filarmónicas, os grupos de teatro e tantas outras iniciativas culturais vão desaparecendo por falta de gente.

De comunidades mais carentes economicamente mas com uma vida social e cultural mais rica, passa-se a comunidades mais possidentes mas mais pobres no resto.

A melhoria das condições de vida dos picoenses - que é um facto indiscutível - não conseguiu estancar a debandada. Ontem por motivos fundamentalmente económicos, hoje por uma complexa amálgama de razões os picoenses continuam a emigrar significativamente.

Este é um dado objectivo inegável e simultaneamente um sintoma crucial da conjuntura extremamente preocupante: a ilha não conseguiu gerar no seu seio as condições imprescindíveis à fixação dos jovens e à diminuição significativa da emigra-

ção.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É, pois, claro que o desafio que se coloca a todos nós: vencer com imaginação serenidade e destreza a desertificação progressiva da Ilha do Pico.

Não serão os vaticínios optimistas do Sr. Presidente do Governo Regional que conseguirão disfarçar ou resolver aquilo que é, realmente, uma crise profunda ainda que matizada com alguns reflexos dourados.

Pela nossa parte continuaremos a lutar com empenho, determinação e esperança. Acreditamos que o Pico tem perspectivas de desenvolvimento, mas recusamos, linearmente, o estafado "cliché" de que o Pico é a Ilha do Futuro.

A ilha tem passado, presente e futuro. Importa reflectir o passado e perspectivar o futuro, mas interessa, essencialmente, que o presente seja fecundo e gerador de esperança.

Não à Ilha do Futuro.

Sim à Ilha do Presente.

Tenho dito.

(Aplausos do PS e PCP)

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Freitas.

Deputado Mário Freitas (PS): Sr. Presidente da Assembleia Regional, Srs. Deputados Regionais, Srs. Membros do Governo:

Antes de iniciar a minha intervenção, desejo expressar aqui que o Pico não apresenta o panorama fúnebre que o meu colega Simas Santos apresentou - até pelo contrário!

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado Simas Santos (PS): Na sua opinião!

O Orador: Como Deputado pelo círculo eleitoral da Ilha do Pico, julgo de dever indeclinável uma referência à última visita do Executivo àquela Ilha.

Certo que se trata de uma visita regimental que nem por isso deixava de ser aguardada com interesse e expectativa, tanto mais que, por razões sobejamente conhecidas, não se realizou no ano passado.

Mas foi uma visita que, mesmo assim, não deixou decepcionada a população picoense.

Quem ler com cuidado e a devida atenção o Comunicado Final do Governo, no último dia da visita, e isso deve fazê-lo, ou deveria fazê-lo, pois os extractos que os Órgãos da Comunicação Social dele deram, por falta de espaço, por abundância de material publicitário, por recusa de interesse aos assuntos tratados, ou por outros motivos ou intenções que não quero escarpelizar neste momento, pelo respeito que me merece e pela dignidade que deve estar no princípio das nossas intervenções nesta Casa, quem se dispuser a ler o Comunicado facilmente se aperceberá

do interesse, do cuidado, da disponibilidade do Governo em analisar, estudar e encontrar as mais adequadas soluções para os problemas que vêm afectando, de há muitos anos, o desenvolvimento da ilha e a sua modesta economia.

Esquecer as soluções positivas e oportunas do Governo sobre casos concretos, para se ficar por uma ou outra opinião, própria de Oposição comprometida, não faz boa informação, não pratica jornalismo sério.

Deputado Jorge Cruz (PSD): Muito bem!

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Não apoiado!

O Orador: A Comunicação Social Estatizada, falada, televisiva ou escrita, é um meio poderoso que está ao dispor do Homem para a promoção do seu progresso e desenvolvimento. Não está nem deve estar nunca, para servir tertúlias partidaristas ou interesses individualistas, apostados em deslustrar, diminuir, ensombrar, menosprezar ou esquecer maldosamente os actos honestos e dignos de pessoas e das entidades responsáveis pelos destinos dos povos, porque, legitimamente mandatados em actos públicos de escolha livre - como são, felizmente, nas nossas terras, os actos eleitorais.

O contrário é demagogia, é confusão, é "revolução" destrutiva.

Congratulo-me, como deputado picoense, em nome da massa eleitoral que me trouxe a esta Casa, com as medidas pelo Governo tomadas para a imediata solução de muitos problemas picoenses: Foi o Centro de Saúde de São Roque do Pico, que acaba de ser posto a concurso internacional, e a Central termo-eléctrica da ilha, igualmente em face de concurso internacional, para breve será o concurso da Escola C + S da Vila da Madalena; os arranjos exteriores das escolas de Santa Luzia, e da Madalena; o centro de formação profissional para agricultores a instalar nas propriedades Matos Souto, que irão arrancar neste ano, com uma estimativa de 43 mil contos; a recuperação do Matadouro Industrial da PRÓ-PICO; as actividades marítimas com a construção de novas traineiras; as reconversões de terrenos através do Plano Agro-Pecuário do Pico, financiado pelos alemães.

Mas recordo também, para quem não leu o Comunicado, as obras de abastecimento de água nos diversos concelhos que, embora da responsabilidade das autarquias, estão a receber ajudas comunitárias bastante substanciais, o que implica, atribuições vultuosas do próprio Governo.

Foi pena que tudo isto ficasse no esquecimento. Tudo ou quase tudo. É pena que as populações tenham à sua disposição, por elas pagas, uma informação deturpada, incompleta, tendenciosa por vezes.

É tempo de deixar de existir uma certa comuni-

cação de cariz partidarista e não a que deveríamos ter.

Temos direito a uma comunicação social imparcial, honesta e verdadeira.

É aí que reside a verdadeira liberdade de imprensa, que todos desejamos e para qual, por vezes, generosamente contribuímos.

Tenho dito.

(Aplausos do PSD e Governo)

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa.

Deputado Manuel Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ultimamente, na nossa Região Autónoma, com certa insistência, voltou à ribalta a problemática dos jovens, envolvendo acenos de simpatia, manifestações de liderança em simultâneo com o acentuar da debandada de algumas ilhas, crises de desemprego e a degradação de valores marcantes de uma fase ascensional extraordinariamente importante.

Temo que as encenações habilidosas matizadas, por vezes, de um certo colorido, encubram a mensagem, quotidianamente haurida no grande palco da vida.

Por isso me proponho tratar, nesta tribuna, deste tema deveras aliciante e, ao mesmo tempo, tremendamente preocupante.

São graves os problemas que envolvem e atormentam os nossos jovens.

Creio que o único processo de enfrentar esta problemática consiste em ir ao âmago da questão, não se ficando apenas pela constatação, de atitudes e comportamentos negativos, sobejamente conhecidos.

O problema fundamental da nossa juventude é, acima de tudo, um problema de ideal, de meta, de rumo, de sonho, de esperança, um problema de vocação. Vocação que germina, que desperta e, posteriormente, tem de ser devidamente orientada.

Um vida bela é um belo ideal concebido na juventude e realizado cedo, para sempre.

Todos nos lembramos da escolaridade que marcou a nossa infância e a nossa adolescência. Apetecida por alguns privilegiados que, beneficiando das possibilidades sócio-económicas da família, tinham metas e objectivos precisos: agarrada por aqueles que fazendo das tripas coração, com sangue, suor e lágrimas concretizaram um ideal (já o disse aqui uma vez mas sabe sempre bem repeti-lo).

Por aquele canal de odisseia passaram, diariamente, cabazes que deram cursos; finalmente, escolaridade penosa para a grande maioria. Absentismo descaradamente encorajado já que as letras e as contas pouco tinham a ver com o cabo da enxada ou remo de barco, de antemão, tidos como destino fatal.

Felizmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, os tempos mudaram e,

no grande relógio da vida, soaram badaladas endereçando convites, avivando ideias: justiça social, solidariedade, igualdade de oportunidades, etc., etc..

Construíram-se escolas, agentes essenciais de transformação e progresso. Felizmente que se encheram essas escolas. Finalmente uma escolaridade de cunho obrigatório.

Tudo muito certo. Tudo muito bem. Só que a escola, cadinho de transformações sócio-culturais importantes, não operou a reforma urgente das mentalidades e está dissociada da realidade, de costas virada para a vida.

Aqui entramos no cerne da questão.

Uma grande parte dos jovens que frequentam as nossas escolas estudam por estudar, sem rumo, sem objectivo, sem vocação. Nas escolas de hoje deve preparar-se a autêntica afirmação cultural do futuro homem açoriano.

Mas quem é agora, e será no futuro, o homem açoriano? O bacharel, o empregado do Governo, o bancário, o advogado?

O homem açoriano é agora e será no futuro, promordialmente, o agricultor, o vitivinicultor, o pescador, o operário da construção naval, o trabalhador na área do Turismo, etc., etc.. Esse também é agora - e será no futuro - o homem açoriano, sustentáculo da economia, catalizador do progresso.

E as nossas escolas têm muito pouco para dar a esse jovem homem do futuro.

Não esqueçamos o pensamento profundo do grande Horácio, pensamento escrito em verso: "A vasilha, dificilmente, perderá o aroma do primeiro vinho que a ocupou". E é extremamente perigoso que esse aroma, numa fase da vida, fortemente densa, em que se semeiam e germinam as mais prometedoras esperanças, saiba a insegurança, a desconfiança, a amargura e a desilusão.

Os resultados, naturalmente, são nefastos. A mudança de mentalidades e a reforma da escola têm de ser enfrentadas com a máxima urgência.

A não ser que caminhemos alegremente para a desertificação da maior parte das nossas ilhas, com um turismo de campos verdes com cabras à solta, como algumas teses agoirentas, ultimamente propaladas, parecem adivinhar. E esta é que é a grande questão!

Mas o mais grave, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, é que seja uma sociedade que diz, através dos seus responsáveis, pautar a sua conduta por parâmetros de solidariedade e justiça social, a primeira a extirpar germens de vocação, motivações acarinhadas e conquistadas com sacrifícios e força de vontade, o que é deveras chocante.

Vícios ancestrais, comportamentos fraudulentos que não se alteraram, às vezes parece que se arreigaram, empurram jovens para situações de desânimo e desinteresse com consequências

bastante funestas.

Refiro-me, evidentemente, à colocação de jovens no primeiro emprego com critérios duvidosos, concursos a fingir, compadrio vesgo, num salve-se quem puder, num aproveitamento descarado de todos os meios para atingir um fim.

E o pior é que este retrato cru entrou na habitação do cidadão comum o que avoluma o rol das preocupações em relação à juventude.

Como posso eu, professor, insistir com os meus alunos para que sejam aplicados, briosos, brilhantes porque para eles há promessas de futuro, se os critérios de aceitação do jovem na sociedade relegam a competência e a capacidade e assentam no proteccionismo vergonhoso, na vulgarizada cunha, no partidarismo.

Vozes do PS e PCP: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PS)

Vozes do PSD: Não apoiado!

Deputado Carlos Teixeira (PSD): Demagogia!

O Orador: Com que força moral pode um pai, consciente das suas responsabilidades, incentivar e acompanhar a carreira escolar dos seus filhos se ele sabe, de antemão, que, no caso de aceitação dos mesmos pela sociedade, sobretudo tendo em vista a oportunidade de emprego, os critérios estão à margem desse esforço. Por isso, alguns, ladeando princípios e opções, encaminham os seus filhos por determinados trilhos numa manobra de salvação que, apesar de compreensível, tem uma carga de descaracterização e de despersonalização profundamente aviltantes.

Quanto vezes nos batem à porta - e bateram junto de muitos Deputados que estão nesta Sala - jovens a preparar-se com afinco para concursos onde muitos são chamados e poucos os escolhidos, sabendo-se com antecedência de muitos dias quem são os eleitos.

Basta frequentar os cafés das localidades para se saber com dias de antecedência quem é que vai para tal e tal lugar e estão 100 jovens a preparar-se, com sinceridade e com boa vontade para quê - pergunta-se. Isto, meus amigos, tem de ser pensado e devidamente repensado!

Deputado Carlos César (PS): Muito bem!

Deputado Fernando Faria (PSD): Tem é que ser cumprido!

O Orador: Naturalmente há estupefacção, lágrimas de revolta em olhos sinceros, deserção, abandono, apatia e outras e outras sequelas. Esta é que é a verdade!

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Esta é que é a verdade!

Vozes do PS: Nua!

Deputado Carlos Teixeira (PSD): É só demagogia!

O Orador: É só demagogia!? O Sr. sabe que isto é verdade!

Deputado José Decq Mota (PCP): Sabe!

O Orador: Alguém terá interesse na construção

de um reino de medfocres?

Deputado Dionísio Sousa (PS): Tem interesse!

O Orador: Manifestamente este estado de coisas não ajuda, minimamente, a resolução dos graves problemas que imbedem sobre a juventude.

As encenações por mais hábeis que sejam não conseguem escamotear a realidade.

Para terminar gostaria de lembrar que a juventude é um tesouro. O seu esbanjamento, a ruína total, a economia avara ou o uso certo desse tesouro está nas nossas mãos.

Nela se podem semear as primeiras raízes do que depois virá a ser a virtude da justiça social e política, do espírito de altruísmo, colaboração, simpatia, compreensão, tudo o que deve ornar o carácter de um verdadeiro homem.

Saibam ser dignos desta urgente tarefa!

Disse.

Muito obrigado.

(Aplausos do PS, CDS e PCP).

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Cruz para um protesto. Pedia-lhe que fosse sucinto.

Deputado Jorge Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata vai protestar veementemente contra essa intervenção e contra outras que se têm feito, que nesta Sala têm trazido sintomas de crise em que a oposição prefere capitalizar quando elas não existem.

Deputado António Silveira (PSD): Claro!

O Orador: O discurso de pessimismo aqui trazido não é o nosso discurso e quando se fala nos problemas da adolescência e da nossa juventude, é uma preocupação também nossa. Só que, a bem da consciência da oposição e a bem da Região, pelo menos uma questão fulcral devia estar na base de todo o discurso aqui trazido: era o facto de que as pessoas antes ou na altura em que estivessem a proferir os seus discursos sentissem, pelo menos, estarem a ser verdadeiramente açorianos, o que não aconteceu. É digo que não aconteceu porque o Sr. Deputado que acabou de intervir tem exemplos bastantes flagrantes - mesmo na sua ilha - em relação a pessoas que não são do PSD e que estão empregadas em serviços e empresas públicas regionais.

Deputado António Silveira (PSD): Muito bem!

(Protestos inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: De maneira que não vale a pena trazer aqui uma ou outra questão pontual que o Sr. Deputado queira capitalizar, quando tem instrumentos para as denunciar de forma bastante mais prática e com melhores resultados, o que não o fez.

Portanto, o nosso protesto vai nesse sentido.

De facto, para o Grupo Parlamentar do PSD, quando são pessimistas como esse, chegamos a

uma triste conclusão: é que de facto estamos a gerir nesta Região o herói, o santo, mas também a arrogância da oposição!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa para um contraprotesto.

Deputado Manuel Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É só para dizer ao Sr. Deputado Jorge Cruz que não confundo pessimismo com realismo. E só lhe quero dizer uma coisa muito importante:

- Eu estou numa freguesia que recebeu dezenas e centenas de emigrantes desde 1970 a esta parte. Há um ano para cá, 20 jovens que tinham "fugido" do Canadá, trazidos pelos pais, regressaram ao mesmo, porque cá não havia futuro para eles. E quanto aos outros casos, todos nós sabemos o que é que se passou; não vale a pena esconder a realidade.

A realidade é esta! Não quero é que se confunda realismo com pessimismo. Eu até nem sou pessimista - sou optimista -, mas, perante casos chocantes, tenho de ser claro e a verdade das coisas tem que ser posta neste Parlamento, porque esta é uma casa de verdade.

Vozes do PS e PCP: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado Renato Moura.

Deputado Renato Moura (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Completam-se no próximo mês de Junho, concretamente no dia 27, 12 anos sobre a eleição do primeiro Parlamento Regional. É assim que nos vamos encaminhando para o fim da III Legislatura desta nossa Assembleia.

Temos ouvido tantos afirmar que estamos no fim de um ciclo e que outro se vai iniciar. É certo que nem todos baseiam sobre os mesmos factos as suas afirmações e diferentes são as intenções que os movem.

Para alguns temos estado no ciclo do ferro e do cimento, que ora termina.

Parece tratar-se claramente de querer reduzir esta dúzia de anos de desenvolvimento à realização de obras públicas e mais, à realização de obras que quem quer que fosse era capaz de realizar. Parece-me que uma e outra coisa estão erradas. Só quem quisesse voluntariamente esquecer, para não falar de outras, a formação de professores, a formação de pessoal médico e para-médico, a formação de mão-de-obra especializada, o desenvolvimento das pescas, também da indústria e do turismo, e mesmo da agricultura e do comércio, é que reduziria o desenvolvimento operado à construção de obras públicas. E para isso preciso era também esquecer o corpo já importante de direito regional criado por esta Assembleia e que no virar desta página da história é justo realçar porque é afinal o alicerce de toda a obra realizada.

Por outro lado a realização de infraestruturas não é tão simples quanto se pretende fazer crer, no intuito de as desvalorizar. Nem todos indiferentemente são capazes de realizá-las sem hipotecar o futuro.

Tem-se tratado, aliás, não de realizar quaisquer obras, mas muitas daquelas que são essenciais para o desenvolvimento económico e para o bem-estar mobilizador da fixação da população, no indiscutível pressuposto de que sem gente não há desenvolvimento possível. E não está o ciclo encerrado, não só porque o desenvolvimento gera outras carências. E para que se defenda o desenvolvimento económico baseado na criação de novos incentivos, não é preciso declarar guerra aos investimentos em infraestruturas, aliás frequentemente complementares e não antagónicas.

Parece-me, Sr. Presidente e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo, que pouco faltando para encerrar mais uma legislatura - a terceira - cada qual, isso sim, um ciclo da nossa ainda curta história de efectivas realizações autonómicas, é oportuno um **balanço**, que gostaria de ver alargado e amplamente participado. Rico pelos contributos e pela talvez divergência de pontos de vista, indispensável para uma **cuidadosa ponderação capaz de estabelecer a justa avaliação entre os triunfos e as limitações entre as compreensivas satisfações e os egocêntricos deslumbramentos**. Balanço preferentemente realizado nesta Assembleia, que é um espelho fiel da vontade pluralista do eleitorado. Um pluralismo ideológico que felizmente não é só partidário.

É também o **pluralismo de nove círculos donde viemos, o pluralismo das condições sociais em que nos criamos, o pluralismo que nos advém dos objectivos que nos trouxeram para a vida política ou nela nos mantêm**.

Aliás na diferença se funda a autonomia. Na diferença das nossas condições geográficas, económicas, sociais e culturais. E fundamenta-se também nas históricas aspirações das populações insulares, justificadas nessas mesmas diferenças a que se chama a nossa especificidade.

Uma especificidade global da Região versus continente e uma diferença interna de cada uma das ilhas entre si.

É esta situação que deve motivar as atitudes dos que exercem o poder. E é tudo isto a realidade que éramos e a que somos e as medidas que se tomam - que levam às análises críticas, fundamentalmente duas, uma feita do exterior e outra de dentro de cada um dos **torrões que nos separam e nos podem unir - desde que tratados todos com igual dignidade -**, que nos empobrecem e nos podem enriquecer - desde que aproveitados e desenvolvidas as potencialidades de cada qual -, que nos diferenciam e nos completam - desde

que não existam complexos -.

Do exterior, a leitura do nosso processo de desenvolvimento nem sempre tem sido justa. Realizamos aqui a **autonomia que é uma das mais dignas consequências de Abril**. Desenvolvendo a Região contribuimos para o desenvolvimento do país, damos corpo no meio do Atlântico a uma **experiência de que Portugal se tem de honrar**. A forma distorcida como temos por vezes sido vistos, essa, só a podemos atribuir à nefasta influência de que infelizmente tantos sofrem nesta nação velha de secular centralismo, manifestando-se como que desconcertados por um progresso feito na estabilidade. Sabemos que deixará de ser assim, por um lado porque os jovens de uma forma progressiva e segura irão assumindo as responsabilidades do futuro que é deles e esses nascidos e educados nesta nova época saberão entender melhor a realidade que somos. Por outro lado, no presente **cada vez mais os verdadeiros homens de Estado estarão conscientes de que não é possível defender um Estado moderno e democrático sem descentralização e sem autonomia**.

Mas no virar de mais esta página da história dos Açores, em cada ilha, a nossa população faz a sua análise crítica ao desenvolvimento do processo autonómico.

Somos um povo que se estima pelos valores da paz, da liberdade, da estabilidade, não como um fim em si mesmos, mas como um meio para transformar este mundo em que vivemos, desenvolvendo harmónica e equilibradamente cada uma das suas parcelas, isto porque a consolidação da autonomia e o seu desenvolvimento só se podem alicerçar na resposta às necessidades e anseios das populações, vivam elas onde viverem.

E as populações - e aqueles que as representam - fazem as suas análises com todo o vontade certos de que sobre elas não recairá a desconfiança que antes se julgara superada, porque **já não voltarão a ter sentido as prepotências, e os egoísmos não retomarão jamais a mente nem mobilizarão a acção**. Todos usarão da sua apregoada liberdade com o mesmo sentido de servir, porque o poder imediato e presente é de alguns; mas o de julgar é sempre de todos. E **amigos, com verdadeira vontade de ajudar, não são aqueles que sempre e cegamente estão de acordo**.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Não vou hoje aqui trazer - como tantas vezes tem sido imperioso fazer - as preocupações do meu círculo eleitoral por tantas questões que urge resolver. Não porque tenha desistido. **Não desisto, nem desistirei nunca de lutar, seja em que situação ou condição!**

Mas hoje não trago aqui essas preocupações porque levadas à consideração do Governo Regional foram pelo seu conselho consideradas como "premen-

tes problemas" e reconhecido que era "preciso encontrar uma resposta global que permita ultrapassar os impasses e as carências existentes" nas Flores. Efectivamente a ilha das Flores está ainda em situação francamente desfavorecida relativamente às outras ilhas dos Açores pelo que em qualquer perspectiva de desenvolvimento equilibrado se tem de considerar prioritariamente a resolução dos seus problemas. Não era razoável chegar ao fim do tal ciclo em tão profunda desigualdade e sem sequer se vislumbrar a reposição da justiça.

Foi assim que pela sua **Resolução nº 477/87**, aprovada em 17 de Dezembro e publicada no Jornal Oficial I Série nº 51, de 31 de Dezembro de 1987, que o Governo Regional decidiu sobre diversas matérias, designadamente:

- Ampliação da escola preparatória;
- Implementação de um programa tendente a resolver os problemas de falta de habitação para médicos e professores;
- Construção do lar de idosos;
- Construção do polivalente da Casa do Povo de Ponta Delgada;
- Construção do polivalente da Casa do Povo da Fajã Grande;
- Construção de um edifício para o Centro de Prestações Pecuniárias da Segurança Social em Santa Cruz das Flores;
- Construção de instalações fabris para a União de Cooperativas das Flores;
- Aproveitamento dos recursos hídricos para produção de energia;
- Construção do hotel-residencial Siturflor;
- Ampliação do aeroporto das Flores até ao limite natural máximo.

Com tanta veemência reclamei esta Resolução que não posso agora deixar de aplaudir a sua aprovação e de louvar as intenções que a mesma visa. Foi sem dúvida um acto importante da parte do Governo e que constitui um bom elemento de referência para o executivo prosseguir naquilo que decidiu.

Mais de um ano sem visitar as Flores, alguns meses depois da aprovação da Resolução, o Governo desejará levar, aquando da próxima visita, boas novas aos florenses, sobre as acções que se estiverem há muito em curso e parte substancial das quais estarão certamente então - designadamente certas obras - em fase de adjudicação.

Evidentemente que, para além destas, outras preocupações mobilizarão o Governo - sob a coordenação do seu principal responsável o Presidente - na preparação da visita às Flores, como sejam todas as acções previstas no Plano para 1988 e bem assim outras como a cobertura pela televisão e pela rádio e a resolução dos problemas da população afectada pela derrocada da Ponta da Fajã Grande.

Só assim a esperança se cumprirá e a Resolução valerá como um bom acto de administração por parte de quem está preparado para demonstrar a capacidade de governar bem na especificidade das nossas diferenças.

Não falta nesta Região, Senhores Membros do Governo, quem pense que alguns se ocupam excessivamente com a discussão política, talvez com demasiada preocupação pelos problemas do futuro, esquecendo que o presente não se constrói só com talento, mas muito com aplicação perseverante.

Um trabalho persistente, que tem de ser de toda a Administração.

A história não nos perdoaria se ainda que justamente preocupados com os poderes que não temos, não exercessemos, ou exercessemos mal, aqueles que já temos. É que fazer o regular quando é possível fazer o bom, ou fazer o bom quando é possível fazer o melhor, é uma das tragédias da vida humana. Se se aproveitarem os contributos honestos ainda que aparentemente modestos e os adicionarmos à capacidade e experiência própria de quem detém as responsabilidades, cada vez se fará melhor.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vamos continuar a cumprir a democracia que aqui é a autonomia.

Vamos continuar a realizar Portugal, que aqui se chama Açores.

Muito obrigado.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hélio Pombo.

Deputado Hélio Pombo (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

A minha vinda a esta tribuna hoje, não se destina a tecer quaisquer tipos de considerações de carácter político. Pretendo, sim, ser o veículo transmissor, no local adequado, da preocupação e mesmo de algum temor, por parte dos corvinos.

Poderão pensar Vossas Excelências, ao escutar estas palavras, que estou a preparar-me para dramatizar algum facto ou situação. Não! Irei, muito simplesmente, expor o que se passa nos mares do Corvo, que parecem ser não as terras, mas os mares do fim do mundo.

De alguns anos a esta parte, aquela ilha vem sendo zona de pesca preferida das nossas traineiras. Muitos de nós, inclusive os membros do Governo aqui presentes, verificaram, na visita efectuada há dois anos ao Corvo, o grande número de barcos que, nesse dia, pescavam à volta da ilha.

Antes de me adiantar no assunto em causa, quero deixar claro que, como qualquer cidadão consciente e embora deputado da oposição, dou o meu inteiro apoio ao esforço do Governo Regio-

nal na melhoria e renovação da frota pesqueira da Região.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

O que não posso é deixar de lavar, aqui e agora, o meu enérgico protesto contra o facto de traineiras açorianas terem o desplante, a ousadia e até mesmo assumirem a atitude de provocação fácil, de quem, sabendo-se protegido pela distância e lentidão dos meios de patrulha, utiliza, muitas vezes a 500 metros da costa, artes de pesca cujo uso só é permitido fora da linha das 3 milhas.

A isto, a esta prática tão abusiva como insensata, chama-se: roubar!

Roubar, porque se está delapidando o stock das espécies que vivem junto à costa; roubar, porque, fazendo perigar essas espécies, se compromete também o futuro dos pescadores profissionais que pescam e vivem no Corvo; roubar, porque se está contribuindo para a hipótese de, dentro de algum tempo, os corvinos não terem peixe para o seu consumo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

As afirmações que aqui faço não são gratuitas. Podem ser corroboradas por qualquer habitante do Corvo. Eu próprio vi, já este mês, aquando da minha estadia naquela ilha, situações como as atrás apontadas, tendo mesmo na minha posse os elementos de identificação de traineiras que, durante o corrente ano, já efectuaram ou efectuam fainas de pesca irregular junto à costa.

A título de informação, posso ainda acrescentar que é frequente duas ou mais traineiras circundarem a ilha, cercando-a por completo com artes de pesca a uma distância muito inferior a 3 milhas da costa. Como consequência disto, dois pescadores do Corvo não conseguiram, no dia 15 do corrente mês, aproximar-se de dois locais onde a pesca é abundante.

Mas, para além da pesca ilegal, surge ainda a violência. Os pescadores do Corvo têm receio de ser abalroados nas suas pequenas embarcações, com o prejuízo e perigo daí advenientes. E porquê? - Porque já sucedeu, que uma traineira, ao ser avisada - mas avisada com bons modos e não com ameaça! - que pescava demasiado perto da costa, tentou claramente abalroar e, como seria lógico, afundar uma pequena embarcação, dentro da qual estavam várias pessoas, incluindo o actual Presidente da Câmara, bem como o membro da Polícia Marítima do Corvo.

Até agora proferi afirmações decorrentes de factos "claramente vistos" e ocorridos em pleno dia. O que refiro a seguir é, não uma afirmação, mas uma suspeita, alimentada pelos corvinos e fundamentada na atitude de algumas traineiras, que, encontrando-se em evoluções

de faina de pesca junto à costa, seguem na esteira de navios que passam na zona. A ideia que persiste é a de que as mesmas, provavelmente, irão vender, de modo fraudulento, o peixe conseguido com artes e em local ilegais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Já que alguns pescadores sem escrúpulos não respeitam nem a lei nem, o que ainda é mais grave, a vida do seu semelhante, aqui fica a chamada de atenção e o protesto endereçado aos responsáveis pelo patrulhamento da Zona Económica Exclusiva dos Açores, bem como o apelo ao Governo para envidar os seus esforços, no sentido de pôr cobro a esta situação, como responsável pelos interesses da Região e, logo, dos habitantes do Corvo.

(Aplausos do PS e de alguns Deputados do PSD)

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Fernando Faria (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bettencourt.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria:

Na sequência de uma intervenção, que então proferi, neste Parlamento, em que considerava injusto o facto dos residentes na Região Autónoma dos Açores estarem obrigados ao pagamento da taxa de televisão em montante igual ao estipulado para os residentes no território do continente português, dirigi uma exposição, em 3 de Fevereiro de 1987, ao Provedor de Justiça.

Nessa exposição, referia que "o período de emissão televisiva que a RTP presta aos utentes no território do continente português tem uma duração, em termos aproximados, de dez horas diárias de emissão do 1º Canal, durante os dias úteis, e de oito horas diárias de emissão do 2º Canal, sendo as emissões de sábados e domingos de dezasseis horas no Canal 1 e treze horas no Canal 2"; enquanto que os telespectadores residentes no território português da Região Autónoma dos Açores se encontram limitados à existência de um único canal televisivo, por sinal não coincidente quer com o Canal 1, quer com o Canal 2 com que a RTP transmite as suas emissões no continente, com um período de emissão inferior, porquanto "tem uma duração aproximada de seis horas diárias, nos dias úteis, e de treze e doze horas, respectivamente, aos sábados e domingos".

Nesse sentido, solicitei ao Provedor de Justiça a sua intervenção por forma a que fosse feita justiça aos cidadãos residentes na Região Autónoma dos Açores, de modo que, enquanto não se verificarem as mesmas condições de emissão da RTP para todo o território nacional (o que pressupõe

- em nosso entender a emissão para os Açores, via satélite, de um canal de expressão nacional é a adopção de um segundo canal, este de expressão regional), fosse fixada uma taxa de montante inferior para os utentes da RTP na Região Autónoma dos Açores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É da resposta que obtive do Serviço do Provedor de Justiça, que desejo dar conhecimento a esta Câmara e, através dela, ao Povo dos Açores.

O Serviço do Provedor de Justiça fez-me chegar fotocópia do texto da informação do Conselho de Gerência da Radiotelevisão Portuguesa E.P., dirigida ao Provedor de Justiça em resultado das diligências por este efectuadas junto da RTP.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Conselho de Administração de Gerência da RTP, na informação prestada ao Provedor de Justiça, declara que em caso algum poderá dar a sua concordância relativamente a uma eventual redução da taxa da televisão para os residentes na Região Autónoma dos Açores.

No mencionado documento, o Conselho de Gerência da RTP, referindo-se ao pagamento da taxa de televisão, afirma que (passo a citar) "o legislador não fez depender essa obrigatoriedade da quantidade de canais ou do tempo de emissão que o utilizador pode receber no seu aparelho. Acresce que nem sequer se interessou em saber se o utilizador sintoniza, ou não, o seu aparelho para as emissões da RTP.

A obrigatoriedade do pagamento da taxa depende, sim, da prévia posse dum aparelho de televisão, razão porque cabe, sempre, o poder de decisão quanto à sua aquisição (...)", fim de citação.

Por sua vez o Serviço do Provedor de Justiça comunica-me que (passo a citar) "para além do que se contém na referida informação, com a qual se concorda, importa chamar a atenção para o facto de também no Continente haver regiões em que só se capta a programação do 1º Canal televisivo, outras em que se vê mal a programação do 1º Canal televisivo, outras em que se vê mal a programação, quer do 1º, quer do 2º canais, e, outras ainda, em que só se capta a programação da vizinha Espanha, sendo, em relação aos utentes em todas elas, devido o pagamento da taxa por inteiro", (fim de citação).

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Confesso que fiquei perplexo!

Ficámos, porém, a saber que, para o Conselho de Gerência da RTP - nomeado pelo Governo Central do PSD, presidido pelo Professor Cavaco Silva - é nula a disposição que do Decreto-Lei nº 401/79, de 21 de Setembro, que do Decreto-lei nº 38/88, de 6 de Fevereiro, o qual prevê que a taxa pode ser de valor diferente consoante a capacidade de recepção das imagens pelo televi-

sor.

Não posso deixar de referir, também, que, enquanto no Decreto-Lei nº 401/79, de 21 de Setembro diz que (passo a citar) "importa, porém, acentuar que não é a posse do aparelho receptor de televisão que é passível do pagamento de uma taxa, mas sim a mera utilização do serviço prestado por aquela empresa pública (a RTP)" - fim de citação -, o Conselho de Gerência da RTP afirma que o legislador nem sequer se interessou em saber se o utilizador sintoniza, ou não, o seu aparelho para as emissões da RTP, e que a obrigatoriedade do pagamento da taxa depende, sim, da prévia posse dum aparelho de televisão. Há aqui uma contradição total.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Com base no critério do Conselho de Gerência da RTP, ficámos, também, a saber que no território do continente português há cidadãos que sendo detentores de televisão estão obrigados ao pagamento da taxa à RTP, apesar de somente terem acesso às emissões da televisão da Espanha.

É, no mínimo, de espantar!!!

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Importa referir que, na informação prestada pelo Conselho de Gerência da RTP, ao Provedor de Justiça, se diz que (passo a citar) "pode, no entanto adiantar-se que a RTP, em colaboração com o Governo da Região Autónoma dos Açores, tem em curso um projecto de expansão do seu serviço naquela Região. Tal projecto contempla a cobertura das ilhas das Flores e Corvo, bem como a complementação da Ilha de São Miguel. De momento ainda não é possível anunciar a data da entrada em funcionamento dos novos meios técnicos, dado que as infraestruturas e equipamentos são da responsabilidade do Governo da Região" (fim de citação).

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Sabemos que o Centro Regional dos Açores da RTP está em vias de utilizar um serviço prestado pelos CTT para transmissão televisiva por feixes que proporcionará a cobertura televisiva de todas as ilhas e a possibilidade de transmissão directa a partir das delegações de Angra do Heroísmo e Horta.

Consideramos que é um passo importante, que importa registar.

Sabemos que, já em 1985, o Conselho do Governo Regional dos Açores, deliberou a criação de um segundo canal de televisão.

Mas sabemos por afirmações já proferidas neste Parlamento, por responsáveis do PSD, que esse canal de televisão a ser criado, será **mais um canal regional**.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Acresce referir que na minha exposição ao Provedor de Justiça invoquei as disposições constitucionais em matéria de igualdade de todos os portugueses, referindo-me à conferência de igualdade de deveres em função da igualdade de direitos. O Conselho de Gerência da Rádio-

televisão Portuguesa E.P. invoca, na sua informação, o princípio constitucional da igualdade de deveres, independentemente dos direitos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A opção do PSD, na Região Autónoma dos Açores, pela criação de dois canais de televisão de carácter regional, o PS contrapõe a sua clara opção pela existência, sim, de dois canais de televisão, da RTP, mas sendo um de expansão nacional e transmitido para os Açores, **via satélite**, e outro regional através do Centro Regional dos Açores da RTP, com transmissão por feixes.

O PS sabe que é este o desejo generalizado da população dos Açores.

E se aos dirigentes do PSD, e ao Governo Regional, da sua responsabilidade, subsiste alguma dúvida, **desafio** o Presidente do Governo Regional a que proceda a uma consulta à opinião pública açoriana sobre este assunto.

Disse.

Muito obrigado.

(Apiausos do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Nogueira de Castro.

Deputado Nogueira de Castro (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A ilha do Pico enfrenta hoje um grande desafio: o desafio do desenvolvimento económico.

Temos sofrido - como já hoje foi referido - o pesado castigo da desertificação humana e hoje, somos, de facto, poucos. E continuamos a ver diminuída a nossa população. Na verdade somos, com as Flores e a Graciosa, uma das ilhas que continua a ter uma diminuição populacional.

Mas, atenção:

Este ritmo está hoje incomparavelmente reduzido. E se, como ainda hoje dizia um deputado da oposição, não se fez o "milagre" de parar a emigração, a verdade é que ela está hoje muito reduzida.

E é óbvio que ela não pode parar de repente. Porque, se por um lado é um facto que, embora tenhamos certas vantagens em ambiente de vida, por vivermos nos Açores, nunca poderemos competir com o Eldorado dos USA e Canadá e daí que alguns, sobretudo os que já lá viveram, queiram regressar para a abundância do mercado do super-consumo, por outro lado há muitos que partem por razões de reunião familiar e ambição, justa, legítima e compreensível, de melhorarem o seu nível de vida. De resto, conhecemos diversos exemplos daqueles que, partindo, rapidamente passam a auferir de melhores condições de vida e ao fim de dois ou três anos têm as suas belas casas e os seus magníficos automóveis. E esses, evidentemente, regressando a estas nossas terras e contando das benesses que usufruem, fácil é acabarem por levar atrás de si, mais ano menos

ano, o resto da sua família - os irmãos e as irmãs - e é isso que ainda hoje acontece.

Mas, como Deputado pelo círculo do Pico, penso que devemos ter uma atitude responsável e até pedagógica, e penso, também, que fraco rei faz fraca a forte gente e vice-versa, o inverso também é verdadeiro, isto é, como responsáveis da Ilha cabe-nos a nós primeiro ser os melhores fatores da confiança e não do desalento.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Não, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, não abdicarei nunca de criticar seja quem for, quando achar que isso deve ser feito.

Mas quero afirmar da minha convicção e confiança no presente e no futuro do Pico.

Felicito os vários Deputados do Pico que hoje trouxeram a esta Casa a sua contribuição para o desenvolvimento do Pico. Abordaram alguns aspectos importantes, com os quais concordo e outros com os quais - como já disse - não posso concordar, porque o quadro de desalento e apatia que traçaram é contrariado pelo entusiasmo dos jovens do Pico. Não são exemplos a Rádio Pico (trabalho de jovens); o trabalho magnífico que a juventude da Escola Preparatória C + S de S. Roque do Pico está a efectuar, através dos seus jornais, das sessões culturais que repetidamente têm efectuado; as vitórias do Futebol Clube da Madalena em Juvenis, Juniores e Seniores, a nível da Associação de Futebol da Horta? A Juventude do Pico não está morta: **Está bem viva**. E se continua a emigrar é porque, de facto, não podemos competir com as melhores condições de vida que lhes são oferecidas noutras paragens.

Não temos presente? Há problemas na Pecuária? Mas, não temos o GEPAP a trabalhar em pleno?

E nas Pescas? Não somos exemplo na Região? Não temos tantos jovens pescadores e mestres e traineiras novas?

Não temos os estaleiros de Santo Amaro?

Não temos a Cofaco, a Tunapesca?

Não vamos ter o Entrepasto Frigorífico da Madalena?

Não temos um porto cheio de traineiras?

Já nos esquecemos de como era descarregado, apenas há 10 anos, o atum para pequenos barcos de boca aberta e transportado até altas horas da noite a remos até ao cais de desembarque?

E o Turismo? Há 12 anos quantos restaurantes, hotéis e residenciais havia no Pico? - Nenhum!

E a energia? Já não nos lembramos de que há 12 anos a luz era duas ou três horas por dia e chegava às 11 horas e desligava?

E o Ensino? Não temos hoje novas e completamente esperançosas condições de ensino?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Pico continua hoje com sérios problemas, o maior dos quais - como já chegámos à conclusão - é a falta de população.

Mas não à apatia, não ao desalento, não à falta de esperança.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tenho a plena convicção de que o Pico continuará o rumo ao progresso.

Disse. Muito obrigado.

Deputado Jorge Cruz (PSD): Muito bem!

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, esgotámos o nosso tempo do Período de Antes da Ordem do Dia.

Vamos passar ao Período da Ordem do Dia, cujo primeiro ponto é uma **Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre a "Aplicação do Decreto-Lei nº 15-B/88, de 18 de Janeiro - Sistema de Incentivos ao Potencial Endógeno"**.

O Partido Social Democrata apresenta uma proposta alternativa a esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, reduzindo o número de artigos, a qual, segundo a Mesa está informada, já foi distribuída por todos os Srs. Deputados.

Pergunto ao Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria se pretende fazer a apresentação desta matéria.

Secretário Regional do Comércio e Indústria (Costa Santos): Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Eu abster-me-ia de fazer qualquer apresentação, porquanto considero que a apresentação e a justificação da urgência trouxe ontem todas as informações que tinha a dar.

Apenas me permitia dizer que tomei conhecimento da proposta de alteração e que o Governo a subcreve inteiramente.

Presidente: Assim sendo, está aberta a discussão na generalidade. Se algum dos Srs. Deputados quiser intervir, faça o favor de se inscrever.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Cruz.

Deputado Jorge Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É apenas para dois breves esclarecimentos sobre a filosofia que presidiu aos textos alternativos que estão presentes na Mesa por parte do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata e que decorrem do enquadramento que é necessário dar aos artigos 21º e 22º dos Decretos-Leis nºs. 15-A e 15-B que mandam aplicar na Região apenas o processo relativo à apreciação das candidaturas, ao controle e à fiscalização do processo.

Por outro lado, julga-se que toda a matéria relativa à decisão sobre os incentivos só pode ser vista à luz de outras perspectivas, nomeadamente através da alteração do diploma nacional ou então através de protocolos a estabelecer entre o Governo da República e o Governo Regional.

Muito obrigado.

Presidente: A Mesa esqueceu-se de chamar a atenção, mas supõe que os Srs. Deputados têm isso em consideração: nós estamos usando o processo de urgência, conforme consta do Regimento, o que quer dizer que os grupos parlamentares não podem usar da palavra, na generalidade, por período superior a uma hora e o Sr. Deputado Decq Mota por período superior a 30 minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio Sousa.

Deputado Dionísio Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É apenas para recordar e reafirmar a posição do PS em relação a estes diplomas, ou melhor, em relação às circunstâncias em que estes diplomas foram apresentados - circunstâncias que já ontem foram discutidas aquando do pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

É apenas para reafirmar que, dadas essas circunstâncias, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista entende que tem apenas um dever cívico a cumprir neste momento, que é o de garantir quórum para que esses diplomas sejam aprovados pela responsabilidade da maioria, que, essa sim, tem e assume - parece que com orgulho - a condição de absolver o Governo. Reconhecemos-lhe efectivamente esse direito e apenas nos resta ajudá-la a criar as condições para que essa absolvição possa ser plenamente eficaz, deixando que esta Assembleia funcione.

Será esta a nossa posição em relação a esses três diplomas, quer na generalidade, quer, em relação a cada um dos seus artigos, na especialidade.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Decq Mota.

Deputado Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Como disse ontem, esta matéria não se afigura tão simples como à primeira vista se poderia tentar fazer crer. Não duvido que possa ser urgente: duvido, sim, que não tivesse havido outra possibilidade ou que não fosse necessário que houvesse outra possibilidade destes assuntos serem discutidos e tratados.

O próprio facto do Partido Social Democrata apresentar um texto alternativo substancialmente diferente, com objectivos diferentes e com uma metodologia diferente do texto do Governo, demonstra que o assunto, em diversos aspectos, nomeadamente no jurídico, não é tão simples como possa parecer e que a urgência foi mal pedida, que não devia ter sido pedida, que as Comissões próprias desta Assembleia deviam ter estudado esta questão, ou, pelo menos, que a dispensa de exame em Comissão não devia ter sido pedida para que este assunto pudesse ter sido estudado em profundidade.

O PCP não está em condições de se pronunciar

sobre estas três propostas de decreto legislativo regional, que chegaram ao meu conhecimento antea-tem e que ontem aqui foi decidido a urgência.

A maioria do PSD correu efectivamente o risco de ficar - desculpem-me a expressão - com estas propostas ao colo, porque estão aqui, salvo erro, 16 ou 17 Srs. Deputados desse partido e, embora tenha a maioria absoluta, o PSD terá a possibilidade de aprovar isto porque efectivamente, de acordo com aquilo que o Sr. Deputado Dionísio Sousa disse e com aquilo que nós também pensamos, é nosso dever cívico garantir o quórum desta Assembleia, mas a maioria tem que ter consciência disto e tem que ter a consciência que não pode usar estas estratégias, ultrapassando e cilindrando as competências, as capacidades e a necessidade que há das comissões especializadas, em termos pluripartidários, estudarem estes assuntos.

A própria natureza dos textos alternativos propostos pelo PSD demonstram a importância da questão e a delicadeza do problema e era suficiente para evitar que se tivesse seguido este processo.

Tenho dito.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Ramos Dias.

Deputado Ramos Dias (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS, como já ontem reafirmou, reconhece que o Governo é que devia ter pedido a urgência e não aqui a Assembleia, porque tem os seus métodos de funcionamento. Como tal, vamo-nos abster relativamente a estas propostas.

Presidente: Srs. Deputados, se não há mais intervenções para a generalidade, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com a Proposta de Decreto Legislativo Regional que aplica à Região o Decreto-Lei nº 15-B/88 façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstiveram podem fazer o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional "Sistema de Incentivos ao Potencial Endógeno" foi aprovada por maioria, com 16 votos a favor do PSD, registando 11 abstenções do PS, 1 abstenção do CDS e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Srs. Deputados, para facilitar os nossos trabalhos, a Mesa, se não houver inconveniente, porá à votação os quatro artigos da proposta apresentada pelo PSD.

O Artigo 1º não é posto à discussão, nos termos do nosso regimento, uma vez que não há alterações. De forma que vamos votá-lo.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor

de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 1º foi aprovado com 16 votos a favor do PSD, registando 11 abstenções do PS, 1 abstenção do CDS e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Passamos ao artigo 2º que corresponde ao antigo artigo 3º.

Se os Srs. Deputados não virem inconveniente, dispensamos a leitura, ficando o mesmo à discussão.

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 2º foi aprovado com 16 votos a favor do PSD, registando 11 abstenções do PS, 1 abstenção do CDS e 1 abstenção do PCP.

Presidente: O artigo 3º, que corresponde ao antigo artigo 8º, também não é posto à discussão, porque não há alterações.

Vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 3º foi aprovado com 17 votos a favor do PSD, registando 11 abstenções do PS, 1 abstenção do CDS e 1 abstenção do PCP.

Presidente: O artigo 4º corresponde ao antigo artigo 9º, mas sofreu uma alteração.

Está à discussão.

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 4º façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 4º foi aprovado com 17 votos a favor do PSD, registando 11 abstenções do PS, 1 abstenção do CDS e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Fica então aprovado e baixa à Comissão para a redacção final.

Passamos ao ponto 2 da nossa Ordem do Dia, que é uma **Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre o "Sistema de Incentivos de Base Regional (SIBR) - Indústria Extractiva Transformadora"**, que pretende aplicar à Região o Decreto-Lei nº 15-A/88, de 18 de Janeiro.

Está à discussão na generalidade.

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre o "Sistema de Incentivos de Base Regional (SIBR) - Indústria Extractiva Transformadora" foi aprovada com 16 votos a favor do PSD,

registando 9 abstenções do PS, 1 abstenção do CDS e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Agora usaremos também como texto base a proposta alternativa apresentada pelo PSD.

Para o artigo 1º, que não sofreu também transformação senão de redacção, não há discussão. De forma que vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 1º fazem o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 1º foi aprovado com 16 votos a favor do PSD, registando 9 abstenções do PS, 1 abstenção do CDS e 1 abstenção do PCP.

Presidente: O artigo 2º, que corresponde ao antigo artigo 3º, sofreu alterações, de forma que está à discussão.

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 2º façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 1º foi aprovado com 16 votos a favor do PSD, registando 9 abstenções do PS, 1 abstenção do CDS e 1 abstenção do PCP.

Presidente: O artigo 3º, que corresponde ao antigo artigo 4º, está igualmente à discussão, uma vez que sofreu a eliminação de uma alínea.

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 3º, façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 3º foi aprovado com 16 votos a favor do PSD, registando 9 abstenções do PS, 1 abstenção do CDS e 1 abstenção do PCP.

Presidente: O artigo 4º, que corresponde ao antigo artigo 5º, também está à discussão, devido a ter sofrido transformações.

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 4º foi aprovado com 15 votos a favor do PSD, 9 abstenções do PS, 1 abstenção do CDS e 1 abstenção do PCP.

Presidente: O artigo 5º, que corresponde ao antigo artigo 6º, não sofreu transformações de forma que não é posto à discussão.

Vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 5º façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 5º foi aprovado com 16 votos a favor do PSD, registando 9 abstenções do PS, 1 abstenção do CDS e 1 abstenção do PCP.

Presidente: O artigo 6º, que corresponde ao antigo artigo 10º, também está à discussão.

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 6º foi aprovado com 16 votos a favor do PSD, registando 9 abstenções do PS, 1 abstenção do CDS e 1 abstenção do PCP.

Presidente: O artigo 7º, que corresponde ao antigo artigo 11º, não é posto à discussão, uma vez que não foi alterado.

Vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 7º façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 7º foi aprovado com 16 votos a favor do PSD, registando 9 abstenções do PS, 1 abstenção do CDS e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Fica então aprovado e baixa à Comissão para a redacção final.

Passamos ao último ponto da Ordem do Dia, que é uma **Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre a "Aplicação à Região do Decreto-Lei nº 420/87 - Sistema de Incentivos Financeiros ao Investimento no Turismo (SIFIT)"**, para a qual também há uma proposta alternativa apresentada pelo Partido Social Democrata e uma proposta de alteração para o artigo 2º.

Está aberta a discussão na generalidade.

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre o "Sistema de Incentivos ao Investimento no Turismo (SIFIT)" foi aprovada com 16 votos a favor do PSD, registando 9 abstenções do PS, 1 abstenção do CDS e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Passamos então ao artigo 1º, o qual está à discussão, uma vez que também sofreu alterações.

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 1º façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 1º foi aprovado com 15 votos a favor do PSD, registando 9 abstenções do PS, 1 abstenção do CDS e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Para o artigo 2º, que corresponde ao antigo artigo 3º, o Partido Social Democrata apresenta uma proposta de alteração, a qual é do seguinte teor:

"Artigo 2º.

1.

2. No caso enviado para parecer à Secretaria Regional das Finanças, o qual será dado no prazo de 10 dias úteis."

Está à discussão o artigo 2º com esta proposta de alteração para o nº 2.

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 2º, com a alteração que lhe foi proposta para o nº 2, foi aprovado com 15 votos a favor do PSD, registando 9 abstenções do PS, 1 abstenção do CDS e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Passamos ao artigo 3º.

Está à discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Decq Mota.

Deputado Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

E para uma breve intervenção, que será simultaneamente um pedido de esclarecimento ao proponente do texto alternativo e também - porque não - um pedido de esclarecimento ao Governo.

Eu vejo no ponto 2 do novo artigo 3º que a "percentagem referida no número anterior", portanto, "da componente de incentivo", "varia entre 40% e 50%".

No antigo artigo 4º da proposta do Governo, se bem percebo - e digo "se bem percebo" porque a pressa com que se tem que apreciar isto, de facto, pode levar a erros -, era um conjunto de Secretários Regionais que acabaria por definir os montantes e, portanto, não havia uma definição clara.

Eu sou - e penso que todos sabem isso - dos que preferem que a legislação que daqui saia, saia o mais claro que seja possível. Portanto, sou dos que defendem que estas percentagens devem ser estabelecidas por esta Assembleia Regional.

Em termos de metodologia, estou de acordo com a proposta do PSD, no entanto, o incentivo para um investimento num montante que varia entre 40% e 50% penso que tem que ser muito bem explicado, sob pena de se estar a contrariar o próprio conceito económico de incentivo. E era essa explicação que penso que esta Câmara e a Região merecem, pois trata-se de um montante extremamente apreciável e que não poderia ficar sem uma explicação.

Se bem percebo até, em relação a outro tipo de incentivos que hoje estão em vigor, é um aumento e portanto os novos critérios agora adoptados terão que ser politicamente e economicamente explicados.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Cruz para prestar o esclarecimento solicita-

do.

Deputado Jorge Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Respondendo à questão que o Sr. Deputado Decq Mota colocou, devo dizer que nós pensamos que a formação do artigo era importante, porque se trata de um grande princípio, que devia obedecer a uma regulamentação por parte da Assembleia Regional e não pelo Governo, uma vez que o próprio Decreto-Lei aponta que essa regulamentação deve ser feita pela Assembleia Regional. O único princípio que aqui difere da regulamentação que existe para o Continente não é a percentagem, porque essa é a mesma - os incentivos para o Continente variam também entre 40% e 50% - mas sim no facto de se considerar toda a Região Autónoma dos Açores como passível de ser integrada neste esquema de incentivos financeiros, através de cálculo do valor da componente de incentivo ligada à dinamização da base produtiva regional.

Esta é a grande diferença que existe em relação à regulamentação que existe para o Continente: apenas a de se considerar a Região como um todo para o cálculo do incentivo e não em relação às percentagens, que são as mesmas que são atribuídas para o Continente português.

Muito obrigado.

Presidente: Continua a discussão.

Não havendo mais intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 3º façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 3º foi aprovado com 15 votos a favor do PSD, registando 8 abstenções do PS, 1 abstenção do CDS e 1 abstenção do PCP.

Presidente: O artigo 4º, que corresponde também ao antigo artigo 4º, foi alterado. De forma que está à discussão.

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 4º façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 4º foi aprovado com 15 votos a favor do PSD, registando 8 abstenções do PS, 1 abstenção do CDS e 1 abstenção do PCP.

Presidente: O artigo 5º, que corresponde ao antigo artigo 7º, também foi alterado.

Está à discussão.

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 5º façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 5º foi aprovado com 15 votos a favor do PSD, registando 8 abstenções do PS, 1 abstenção do CDS e 1 abstenção do PCP.

Presidente: O artigo 6º, que corresponde

ao antigo artigo 8º não foi alterado, de forma que não é posto à discussão.

Vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 6º façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 6º foi aprovado com 15 votos a favor do PSD, registando 8 abstenções do PS, 1 abstenção do CDS e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Fica então aprovado e baixa à Comissão para a redacção final.

Srs. Deputados, chegámos ao fim dos nossos trabalhos e, nos termos regimentais, a Mesa propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de Maio.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi aprovada com 15 votos a favor do PSD, 9 votos a favor do PS e 1 voto a favor do CDS, registando 1 voto contra do PCP.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Decq Mota para uma declaração de voto.

Deputado Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Uma muito breve declaração de voto.

Obviamente que, estando em discordância frontal com os processos de urgência aqui metidos e portanto com o funcionamento da Assembleia, que obrigou a esses processos de urgência, não podia estar de acordo que o período legislativo fosse encerrado.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, estão encerrados os nossos trabalhos.

Até à próxima reunião da Assembleia.

Boa tarde!

(Eram 11,45 horas)

(Deputados que entraram durante a Sessão: PSD - António Silveira; PS - Carlos César).

(Deputados que faltaram à Sessão: PSD - Álvaro Monjardino, Pacheco de Almeida, Helder Cunha, João Bernardo Rodrigues, João Vasco Paiva, Jorge Cabral, José Leovigildo, Madruga da Costa, Manuel Ávila, Manuel Melo, Natalino Viveiros; CDS - Alvarino Pinheiro).

O Redactor de 2ª Classe: José Maria Dutra da Silva.